

GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES HUMANAS

Angela Ribas

Fonoaudióloga. Mestre em Distúrbios da Comunicação. Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Docente e pesquisadora do Curso de Fonoaudiologia, da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP. E-mail: angela.ribas@utp.br

Denise Aparecida da Silva

Graduada em Direito, pelo Centro de Ensino Superior do Paraná – Faculdade Maringá. E-mail: deniseasilva@pop.com.br

Jefferson de Queiroz Crispim

Graduado em Geografia. Especialista em Planejamento Geoambiental. Mestrado em Ciências Ambientais, pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão FECILCAM. E-mail: jeffersoncrispim@yahoo.com.br

José Carlos de Jesus Lopes

Graduado em Economia, pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Graduado em Administração de Empresas, com ênfase em Comércio Exterior, pela FECEA – PR. Mestre em Teoria Econômica, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Doutorando em Ciências Empresariais, pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e Universidad del Museo Social de Argentina - UMSA. Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor de Graduação e de Pós-Graduação (Especialização). E-mail: jclopes@wnet.com.br

Wilson J. Zonin

Engenheiro Agrônomo. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria – RS. Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – PR. E-mail: wzonin@brturbo.com

RESUMO

Este artigo pretende abordar os conceitos e a aplicabilidade da Gestão Ambiental nas Organizações Humanas. Parte de algumas premissas teóricas de interdisciplinaridade que fundamentam as ciências da administração, da economia e da pedagogia humana nas empresas, que possibilitam a ação eficaz na rede sistêmica da vida organizacional. Sabe-se, que a construção do conhecimento organizacional fundamenta-se na própria reconstrução do conhecimento, onde a interdisciplinaridade das Ciências Naturais e Sociais é condição “*sine qua non*”, para que este entendimento se fortaleça, quando dirigida para a aplicabilidade coletiva das vidas das empresas. Serão analisados os aspectos relacionados com a origem do movimento capitalista, as estratégias de organização e a relação com a natureza, bem como a organização social e reconstrução das relações sociais entre empresas, sociedade e mercado.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Educação Ambiental nas Organizações. Reconstrução do Conhecimento. Responsabilidade Social das Empresas.

ABSTRACT

This article looks at the Environmental Administration's concepts in human organizations, through some theoretical interdisciplinary bases of administration, economy and human's pedagogy fundamentals that allows an efficient network of company life. It's known that the construction of knowledge concerns by the reconstruction of knowledge itself, as long as the interdisciplinary practice between Natural and Social Sciences must be “sine qua non” conditions, based to a collective research, toward to a sustainable life company network appliance. Thus, the movement's origin of capitalism, the organizational strategies pursued and its relationship with nature will be studied, besides the social organization and the reconstruction of social relationship between companies, society and market.

Key-Words: Environmental Administration, Environmental Education, Knowledge Reconstruction, Corporate Social Responsiveness.

Um sábio chinês, chamado Confúncio disse, há cerca de 5 mil anos, que se alguém quisesse mudar o mundo, teria de começar por si próprio, pois mudando a si próprio, sua casa mudaria. Mudando a sua casa, a rua mudaria. Mudando a rua, o bairro mudaria. Mudando o bairro, mudaria o Município e assim por diante, até mudar o mundo.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo pretende abordar os conceitos e a aplicabilidade da Gestão Ambiental nas Organizações Humanas, facilitando, assim uma possível reflexão sobre aspectos relacionados às estratégias de organização das empresas e sua relação com a natureza, bem como a organização social e reconstrução das relações sociais entre empresas, sociedade e mercado. Explora-se também os conceitos e a aplicabilidade da Educação Ambiental, fundamentada pela interdisciplinaridade na Gestão Ambiental nas Organizações Humanas, mais especificamente, nas organizações empresariais.

Ao visualizar o mapa-mundi atual, facilmente contabiliza-se um número superior a seis bilhões de pessoas vivendo em duas centenas de países, distribuídos em continentes geográficos distantes. O Planeta Terra abriga povos diferentes que se utilizam de diversos idiomas e de diferentes formas de sobrevivência. No entanto, estes povos guardam em si uma particularidade que pertence a todos os países: a busca do crescimento econômico como premissa básica da distribuição de riqueza material e social, por conta de um modo de produção. A grande maioria dos países no planeta busca o crescimento econômico fundamentado pelo modo de produção capitalista.

O modo de produção capitalista tem seu arcabouço na maximização da reprodução do capital, minimizando custos, e não contabilizando determinados valores não econômicos e materiais, para que os bens e serviços produzidos possam ter competitividade em mega-mercados. Ao longo da história da sociedade humana, coube às organizações empresariais produzir bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas.

Neste modelo cabe às empresas e aos profissionais contratados por elas, desenvolver produtos com valores agregados, conquistar novos mercados, promover fusões entre as incorporações para participarem dos macromercados. Criam, constantemente, metas para cada vez mais aumentar o *market-share* das empresas capitalistas.

Kotler (2001) traz em sua obra para o profissional de Marketing, a preocupação ambiental. O autor faz um alerta quanto ao ambiente natural em que a empresa está inserida, quando analisa que a deteriorização do ambiente natural é uma importante preocupação global por parte de empresários e de consumidores. Ele cita, por exemplo, a poluição do ar e da água que alcançaram níveis proibitivos, situação que exige uma reavaliação do processo produtivo e as conseqüências sociais resultantes.

Continua o autor, dizendo que por conta deste processo produtivo, algumas empresas tiveram que investir bilhões de

dólares norte-americanos em equipamentos de controle de poluição e em combustíveis menos nocivos ao meio ambiente. Tiveram que re-analisar a escassez de matérias primas, os custos elevados de energia, a mudança no papel dos governos e em alguns países, a legislação ambiental tornou-se mais rigorosa.

Nos moldes atuais, a empresa que conseguir identificar tais necessidades humanas e combinar eficazmente os recursos naturais, humanos e tecnológicos tornar-se-á altamente lucrativa, satisfazendo, primeiramente, os seus *stakeholders*. Neste caminho, a única lógica da maioria das empresas capitalistas, até os dias de hoje, é somente o lucro.

Ao analisar os bens produzidos e ofertados pelas empresas para uma sociedade consumista, verifica-se que cem por cento destes produtos têm origem nos recursos naturais, que por sua vez, são derivados do meio ambiente. Tudo isto combinado com o capital humano, cada vez mais intelectualizado; ou seja, as empresas exploram os recursos naturais e sociais para produzirem bens, que nem sempre são bens sociais coletivos.

Sabe-se que a partir dos anos 70, a sociedade global vem dependendo cada vez mais das empresas no que se refere às tomadas de decisões de investimentos. Estes devem gerar mais empregos e possivelmente uma melhor distribuição da renda. Igualmente, reconhece-se que as empresas dependem das relações sociais, tal como uma teia da vida, como bem postulou Capra (2002). O novo papel do Estado tem-se distanciado do objetivo de promover inversões produtivas e ser indutor de crescimento econômico, passando a ser este o papel das empresas, por força do equilíbrio de mercados concorrenciais, conforme entendem os neo-liberais.

O fato desta tentativa de entendimento estar focada nas organizações empresariais, não se distancia do entendimento que as demais organizações e instituições não precisam estar inseridas nesta temática. O escopo deste artigo fundamenta-se, portanto, pelo reconhecimento que a economia atual está baseada na Economia de Empresas e não mais na Economia de Estado.

Em outras palavras, as decisões empresariais no mundo globalizado, amparadas por instituições globais, em especial o Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial - BIRD e Organização Mundial do Comércio - OMC, têm muito mais poder de provocar mudanças nas formas de vidas das sociedades organizadas do que as decisões governamentais realizadas pelo poder público dos governos das economias frágeis. As empresas tornar-se-iam, assim, co-participadoras da sustentabilidade global. Mas para isso, é preciso que haja uma transformação nos valores por elas empreendidos. Trata-se de uma decisão política.

Por força deste diálogo, caberia a seguinte indagação: A quem caberia refletir e transformar as filosofias e políticas das empresas, para que suas decisões estivessem ecologicamente corretas, e que pudessem, por conseqüência, promover a forma sustentável das vidas organizacionais?

Os autores deste artigo, após terem tido acesso aos arcabouços teóricos sobre práticas educativas postuladas por

Dias (1998), Freire (1999), Leff (1999) e Knechtel (2001) reconhecem na Educação Ambiental, fundamentada pela interdisciplinaridade, um instrumento imprescindível de hipótese a ser investigada, que propicia, possivelmente, uma nova gestão a ser incorporada nas Organizações Humanas: a Gestão Ambiental, que passa a ser também referenciada e defendida por diversos autores e pesquisadores. Dentre eles destacam-se: Andrade (2002), Tachizawa (2002), Moura (2002) e Reis & Queiroz (2002).

Em outras palavras, a Educação Ambiental Interdisciplinar tende a ser a força propulsora para as reflexões sobre as possíveis transformações nas filosofias empresariais, inserindo a Gestão Ambiental na filosofia das organizações. Entretanto, estes procedimentos e mudança de paradigma precisam estar assentados em técnicas e instrumentos pedagógicos organizacionais eficazes.

Como hipótese a ser investigada nesta reflexão, a Educação Ambiental apresenta-se nas Organizações Humanas com a finalidade de oportunizar à empresa outros olhares sobre o meio natural em que atua, podendo desenvolver novos valores que venham permear os ambientes internos e externos em que a firma está inserida. Esta iniciativa e decisão, em conjunto, requer mudanças na filosofia das empresas, que influenciarão nas gestões organizacionais, produtivas, mercadológicas e histórico-sociais que as corporações promovem, muitas vezes, inconscientemente.

Para dar resposta a essa investigação científica, faz-se necessário avaliar a proposta em itens separados: os sistemas econômico e empresarial; o que é crise ambiental; o que é educar, o que é educação ambiental e a educação ambiental nas organizações humanas, e por fim, coroando o entendimento, a gestão ambiental nas organizações humanas.

2. SISTEMAS ECONÔMICO E EMPRESARIAL

Os defensores da globalização produtiva¹, cujo processo teve início ao redor do Século XV, dizem que este modelo de mercado, de trocas inter e intraintrações, favorecem as economias que dela participam. Haverá trocas de bens e serviços, fluxos de tecnologias e conhecimentos técnicos mais acessíveis a todos participantes, a um menor custo pois todos os membros tendem a oferecer produtos e serviços mais competitivos por conta da vantagem competitiva de cada membro, consubstanciada pela eficiência produtiva de cada economia.

Dentro deste contexto os consumidores globais ganham ao adquirir bens e serviços de organizações eficientes em escala global. A riqueza gerada será distribuída por todo o globo ou por quem dela participar. Advoga-se assim, que quanto maior for o número de participantes neste mercado, maior será o bolo da riqueza a ser compartilhado por todos [sic].

Numa outra face da globalização, tem-se a globalização financeira, também denominada por Chesnais (1996) de Financeirização do Capital. Este capital financeiro internacional, oriundo inicialmente da globalização produtiva, e que passa a ser protegido por instituições fortemente estabelecidas na esfera global, tais como Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial - BIRD e ultimamente pela Organização Mundial do Comércio – OMC, foi legitimado após a II Grande Guerra Mundial para financiar os desequilíbrios macroeconômicos dos países periféricos, bem como para facilitar fusões e incorporações de organizações produtivas e financeiras que atuam no resto do mundo.

A Financeirização do Capital está fundamentada no mercado complexo de capitais abertos, por conta da eficiência da informação e de modelos matemáticos. Baseia-se também nos avanços tecnológicos das telecomunicações. Igualmente à globalização produtiva, a riqueza gerada por este segmento será distribuída de forma mais hegemônica por todo o mercado mundial ou quem dela participar. Assim pensam os seus defensores.

No entanto, ao examinar a ideologia da globalização nas duas vertentes apresentadas, de forma mais criteriosa e científica, e, ao ter contato com inúmeras estatísticas e índices sócio-econômicos dos diversos países membros (divulgados por institutos de renome internacional, a exemplo do Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, publicados pelas Organizações das Nações Unidas – ONU), conclui-se facilmente que o resultado obtido deste modelo de mercado sugerido ainda está longe do proposto. Algo está errado. Algo precisa ser revisto, pelo menos pelos neoliberais.

Ao examinar ainda o mapa econômico global, tentando contabilizar a possível distribuição da riqueza prometida por este modelo de mercado, há um diagnóstico incontestável: “há apenas algumas poucas ilhas de prosperidade” como afirma Castell (*apud* CAPRA, 2002). Estas poucas ilhas de prosperidade abrigam os países que pertencem ao G-7. Os demais formam imensos continentes de pobreza, quando não de miséria extrema, com alta dependência econômica e perda quase total de seus mercados internos, da identidade cultural, e, portanto, da cidadania.

A globalização produtiva, tendo como uma das características a expansão do mercado, faz desaparecer fronteiras, levando o mundo inteiro à prática do neoliberalismo econômico, exponenciando a concentração de empresas por aquisições e fusões no resto do mundo. A globalização financeira, que tem como característica a mobilidade externa de capitais, busca a maximização da rentabilidade no curto prazo, tornando-se, portanto, capital volátil, que na sua essência não faz parte da vida das sociedades locais. Por conta dos sistemas de governos fragilizados, com constantes déficits em conta cor-

¹ Ao fazer qualquer reflexão sobre o processo de globalização, faz-se necessário dividi-lo em três faces: a primeira denomina-se globalização produtiva; a segunda, globalização financeira ou também conhecida como Financeirização do Capital; a terceira, denominada globalização ambiental. Esta última está voltada para os impactos ambientais globais, causados pelas duas faces anteriores.

rente, a maioria dos países periféricos torna-se refém do fluxo financeiro internacional.

Como se não bastasse, percebe-se na globalização a polarização entre economias ricas e pobres. As primeiras promovendo concentração de renda em escala global. As restantes promovem as suas próprias exclusões. Os demais povos tornam-se seres invisíveis aos olhos das Organizações Humanas. Os efeitos deste modelo de mercado são, portanto, maléficos à grande maioria dos países que tentam desenvolver-se por conta da submissão aos “pacotes” e às “leis de mercados” que também são manipuladas, além da imposição da precarização das condições de trabalhos que se estabelece.

Quem conduz estes fenômenos globais tem endereços certos: empresas e governos; ou seja, Organizações Humanas. São decisões tomadas nas altas cúpulas empresariais das organizações transnacionais, parcerizadas por autoridades econômicas e legitimadas por decisões governamentais. A primeira ação é uma decisão política empresarial e a segunda é uma decisão política governamental. São, portanto, ações derivadas de decisões políticas humanas.

Prosseguindo com a análise, diagnostica-se nas duas fases da globalização o fortalecimento das empresas em direção ao crescimento econômico das nações. O destino das nações, de certa forma, está fadado às decisões dos “boards” das altas direções empresariais, que decidem onde instalar seus parques industriais, potencialmente poluidores, bem como definem em que mercados financeiros irão investir, mediante desregulamentação dos mercados financeiros e do trabalho.

Igualmente, percebe-se uma correria global por parte das economias periféricas para serem categorizadas como “emergentes” ou “economias em desenvolvimento”, ou seja, nações que desejam se tornar o centro das atenções desses capitais, formatados por Organizações Humanas. Dentro da nova divisão do trabalho internacional, cabe, portanto, aos países “emergentes” criar ambientes econômicos legais e produtivos para, possivelmente, terem chance de fazer parte de uma parcela da população global na montagem dos produtos concebidos pelos países centrais. Efeito da globalização produtiva.

Ao obter um registro fotográfico deste modelo de produção global, vê-se numa só figura, que a concepção de bens tecnológicos fica com a responsabilidade dos países mais desenvolvidos tecnologicamente, e aos países em desenvolvimento (periféricos) a montagem do produto. Neste último processo exige-se: áreas com recursos naturais abundantes; mão-de-obra barata, porém razoavelmente qualificada; precarização no mercado de trabalho; densidade populacional alta com certo poder aquisitivo, que propicie um mercado em potencial para os próprios bens produzidos internamente; leis creditícias e fiscais flexíveis; mercados desregulamentados; políticas ambientais fragilizadas, dentre outras providências institucionais.

Reconhece-se que este modelo de produção vigente nos países emergentes permite até um possível crescimento econômico. Porém, este possível crescimento econômico nem sempre se faz acompanhar do desenvolvimento econômico sustentável, ou seja, do fortalecimento das empresas inseridas

neste processo, de um melhor relacionamento com as empresas fornecedoras de matérias primas, de uma melhor distribuição de renda dos trabalhadores, além da preservação do meio ambiente. Assim sendo, este conjunto de resultados não propicia uma melhor qualidade de vida aos participantes desse processo.

Este modelo de produção vigente nos países periféricos é, portanto, questionável sob a ótica da sustentabilidade socioeconômica e socioambiental, pois consumidores e produtores não arcam integralmente com o custo econômico do esgotamento ambiental dos recursos naturais e sociais dos quais este modelo deriva. É, portanto, um modelo de produção socioambiental insustentável.

Em certas regiões do planeta, se fosse possível calcular o passível ambiental causado pela utilização irracional dos recursos naturais, possivelmente, o custo ambiental seria maior do que o míope e pseudo superávit da balança comercial destas frágeis economias, que se baseiam única e exclusivamente na agricultura de subsistência ou mesmo em bens caracterizados de comodites.

Longe de uma finalização da reflexão sobre este tema, sabe-se que a globalização produz riquezas para bem poucos. Para os demais habitantes do planeta produz pobreza, fome, miséria, desemprego tecnológico, dependência econômica e mercadológica, além de uma enorme devastação ambiental, principalmente em áreas agrícolas e em pólos industriais localizados em países periféricos. Estes bolsões de miséria que circundam grandes conglomerados humanos nas periferias das metrópoles são ambientes férteis para a marginalização dos excluídos deste sistema, o que potencializa cenários para o desenvolvimento do crime organizado, podendo este último efeito ser também globalizado.

As conseqüências imediatas das mudanças ambientais relacionadas com a pobreza e a degradação dos recursos naturais, resultantes de um modo de produção insustentável, têm endereços certos no globo. Estas demandam uma firme reflexão sobre a maior parcela da população mundial nos planos nacionais e internacionais.

Se as empresas não souberem olhar diferente para estes povos e para estes mercados, os países pobres, num médio prazo, já que não dispõem de recursos no presente momento, não terão condições de enfrentar a crise ecológica no futuro para tratá-la adequadamente, o que elevará exponencialmente à crise socioambiental globalizada. Trata-se da terceira face da globalização. Os impactos ambientais produzidos por este modo de produção capitalista não ficam circunscritos a um único espaço geográfico ou país. Os efeitos e as conseqüências deste modo de vida e sistema econômico são móveis, interagindo países, blocos e continentes, impactando negativamente todo o planeta.

A experiência dos últimos anos em algumas Organizações Humanas confirmou a importância de instrumentos que forneçam sinais inequívocos para que as pessoas mudem seus estilos de vida insustentáveis. Ou ainda: para que as empresas mudem o funcionamento dos sistemas econômicos descentralizados. Este novo olhar está baseado em mercados mais

eficientes, harmonizados com os fatores de produção e sociais, tais como recursos naturais, capital e trabalho. Não recorrendo, portanto, sistematicamente aos métodos de controle e comando das vidas como mercadorias.

Utilizando-se constantemente do entendimento de Capra (2002), há um sentimento generalizado de que as empresas de hoje em dia precisam passar por uma transformação fundamental, pois os resultados das ações empresariais, nos últimos cinco séculos, têm sido extremamente fracos. Prossegue o autor:

Torna-se cada vez mais evidente que nossos sistemas industriais complexos, tanto sob o aspecto da organização quanto sob o da tecnologia, constituem força principal de destruição do ambiente planetário e, a longo prazo, a principal ameaça à sobrevivência da humanidade [...] As organizações humanas precisam passar por uma mudança fundamental, tanto para se adaptar ao novo ambiente empresarial quanto para tornar-se sustentáveis do ponto de vista ecológico. Esse duplo desafio é urgente e real, de modo que as recentes e exaustivas discussões sobre a mudança empresarial estão plenamente justificadas. (CAPRA, p. 110-111).

Continuando a concordar com o autor, entende-se que a questão principal da degradação dos ambientes e das vidas não é a tecnologia, mas a política. É uma decisão política que precisa estar fundamentada pela mudança de paradigma, caracterizando-se, portanto, como o grande desafio da geração presente: mudar o sistema de valores que está por trás da economia global, para torná-la compatível e harmoniosa com outros valores, tais como a dignidade humana e da sustentabilidade ecológica, uma vez que o capital parece ter perdido o objetivo da sua função de promover o bem-estar social de todos os povos.

Diante deste *front* de argumentações, reflexões e consenso, sugere-se que a educação, por conta de um processo metodológico, torne-se um recurso imprescindível para objetivar a minimização da crise ambiental, maximizando a reflexão, a reeducação, o (re)aprendizado dos valores sociais das Organizações Humanas, para o bem estar coletivo das vidas humanas e das demais vidas, que formam o sistema de rede terrestre.

3. O QUE É CRISE AMBIENTAL

O explosivo crescimento da população humana, identificada como uma crise populacional, em combinação com os fatores econômicos, sociais e tecnológicos precedido pelo processo histórico desenvolvido pela atividade humana, conduzem as questões ambientais a cenários cada vez mais degradados. Cada vez mais, os problemas ambientais estão se revestindo de questões socioambientais. A explicação deste fenômeno, que pode começar pela crise ecológica, aqui será caracterizada como crise ambiental.

A crise ambiental pode não estar caracterizada somente pela violência humana sobre os recursos naturais, mas igualmente pela violência e a extinção de outras espécies de animais, vegetais; enfim, de vidas que mantém relação em cadeia

de rede de todo ecossistema. São, portanto, crises globais, pois perpassam pela crise dos recursos finitos do planeta, pela crise do desenvolvimento econômico, fundamentado por modelos produtivos e energéticos, tornando estas crises ambientais uma só.

A nova tecnologia (nem sempre menos potencialmente poluidora de outrora e nem menos intensiva em recursos naturais), o velho paradigma de produção (ainda pautado na exploração desequilibrada dos recursos do meio ambiente para atender as necessidades humanas cada vez mais crescentes) e o modelo de consumo por parte daquelas sociedades que detêm a maior fatia da riqueza mundial (que exigem, cada vez mais, produtos sofisticados e complexos), em conjunto propiciam desastres de diversas ordens e formas, tanto na economia global como na ecologia global, desequilibrando extensos ecossistemas.

Este conjunto de fenômenos propicia impactos tanto do ponto de vista do desgaste ecológico como do enfraquecimento das economias, em âmbito local, regional, nacional e mundial. Formam uma rede de causas e efeitos cujo resultado também faz parte da característica da crise ambiental.

No entanto, Leff (*apud* KNECHTEL, 2001) leva a uma outra forma de reconhecer a natureza da crise ambiental. De acordo com o autor:

a crise ecológica [crise ambiental] é também uma falta de conhecimento da natureza; é a crise do ser e do pensar [...] o ambiente, como objeto do conhecimento, é um saber que não está feito, tem que ser construído, 'não está dado', é uma questão ontológica; e temos que construí-lo na convivência com o outro. (KNECHTEL, p. 127-128)

Com esta possibilidade de um novo entendimento, pode-se conceber que a gênese da crise ambiental está no desconhecimento do homem e da mulher sobre a natureza em si. É uma questão ontológica e epistemológica. A primeira baseia-se na reflexão sobre o ser, na qual a espécie humana ainda não é capaz de fazer a reflexão sobre o ser, a natureza, sistemas, redes de vidas; enfim, outras formas de vidas. A segunda pauta-se no conhecimento do conhecimento, enquanto objeto questionado, no qual se aproxima do entendimento que é necessário aprender a conviver com outros sistemas ocultos de vidas. Assim sendo, o homem e mulher, mesmo por conta dos avanços científicos, não conhecem ainda as reações e implicações com as atividades antrópicas.

Desta forma, os diversos tipos de poluição, degradação dos recursos naturais, aquecimento global, desmatamento, vazamentos de óleos nos oceanos, descartes dos resíduos urbanos e industriais sem prévio tratamento, são efeitos da crise ambiental. São, portanto, conseqüências de um não conhecimento sistêmico da espécie humana sobre as demais espécies.

Se a problemática da crise ambiental está no desconhecimento da natureza e das conexões entre as diversas espécies e de vidas, faz-se necessário buscar o desenvolvimento do saber ambiental, questionado por Leff (1999), por conta dos estudos destas relações. Dentro desta ótica, a Educação

Ambiental, por conta do exercício contínuo do pensar, de agir e de sentir juntos, tem um papel fundamental, cujo objetivo tende a questionar e minorar tais impactos. Quanto a este processo Knechtel (2001) contribui com uma proposta de metodologia baseada na busca de soluções pensando, refletindo, educando, criando. Prossegue a pesquisadora:

De fato, entra em questão uma rede de formação ambiental, como um espaço cognitivo cuja base é a reflexão ambiental que constrói o conhecimento com a participação de diferentes sujeitos de culturas diversificadas; seria uma alternativa de solução aos problemas de ampla crise da qualidade de vida, no contexto da Educação Ambiental, necessariamente em interação com as demais ciências (KNECHTEL, p. 128).

Ao concordar com a autora, pode-se entender que a Educação Ambiental poderá criar o poder coletivo das pessoas, uma vez conhecido, aprendido e re-aprendido com os demais elementos da natureza, para planejar o futuro, possuindo uma força imperiosa de exercê-lo dentro das Organizações Humanas, uma vez que são as pessoas as forças vitais destas. O principal desafio destes novos educandos é mobilizar tal poder para tornar as decisões empresariais e dos consumidores em postura mais democrática, mais segura e mais sustentável para os próximos séculos.

4. O QUE É EDUCAR

O crescimento econômico baseia-se na conjugação de duas formas de capital: o humano e o não humano. O capital humano suporta uma importante parte da estrutura do modo de produção capitalista. O capital não-humano está associado à terra, à técnica, à tecnologia, à inversão fixa e ao capital financeiro.

O capital humano é caracterizado pelo desenvolvimento da intelectualidade do agente humano por gerações, que se dá em sua grande parte à educação, à experiência profissional, à saúde e às outras atividades que geram valores e capacitações individuais e sociais. O capital humano é imaterial por ser composto de aquisições mentais. É inseparável do indivíduo detentor. É obtido não pela compra do saber, mas pelo aluguel da força de trabalho, que poderá resultar-se em um bem social, intelectual ou material.

Assim como o capital não convencional não é homogêneo, o capital humano também consiste de muitas formas diferentes, por ser extremamente heterogêneo. O capital humano parte do próprio homem. É humano porquanto se acha configurado no ser humano. É capital porque é uma fonte de satisfações futuras, de rendimentos *a posteriori*, ou ambas as coisas.

Dentro da ótica sociológica, a educação mexe com a representação do indivíduo e altera em muito os valores humanos. Sem a educação, a comunidade convive num ambiente fértil de exclusão social. O potencial intelectual de cada indivíduo é aprimorado ou transformado através da educação, sendo ela um meio de preparar o indivíduo para a divisão social do trabalho. A educação busca no sujeito a formação do cidadão através da conscientização. Busca a consciência

do indivíduo como sujeito social para o engajamento coletivo, com vistas a liberdade e a igualdade.

A educação é mais durável do que a maioria das formas de capital não humano reproduzível, uma vez que os conhecimentos adquiridos são transmitidos às futuras gerações que se absorvem dessas produções científicas e grupais, tornando-as, em elementos multiplicadores do progresso tecnológico e do desenvolvimento social. Uma sociedade formalmente educada é mais questionadora e crítica dos processos e dos ambientes em que se insere.

O ato de educar é algo profundo e dinâmico onde a questão de identidade cultural que atinge a dimensão individual e a classe dos educandos é essencial. Utilizando-se das palavras de Freire (1985) “educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida”. Caso isso não aconteça, não terá eficácia. Prossegue, o autor:

O cão e a árvore também são inacabados, mas o homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? De onde venho? Onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e coloca-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação (FREIRE, p. 27).

Em outra obra (1999), o mesmo autor, por conta da reconstrução do saber, e parecendo estar refletindo sobre o tema aqui examinado, diz que “a educação é uma forma de intervenção no mundo”, e esta intervenção implica tanto o esforço de “reprodução” da ideologia dominante, ou seja, de manter o “status quo”, ou quanto ao seu “desmantelamento”.

O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. A educação como “sistema educacional” configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveram em sua educação.

Dentro deste contexto, o homem e a mulher que se inserem no processo educativo estarão instruídos para intervir no seu meio por conta de uma decisão, agora fundamentada em procedimentos éticos e técnicos. Dá a eles e elas maior poder de escolha, de forma inovadora e crítica. Por esta razão podem intervir proativamente na realidade das relações sócio-econômico-cultural e, agora ambiental. O homem e a mulher, quando instruídos, podem promover transformações na mentalidade, comportamento, atitudes e valores. Enfim, eles podem intervir nas relações também nas Organizações Humanas.

5. O QUE É EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Como visto anteriormente, o momento histórico atual se caracteriza pela situação de crise global generalizada nas

sociedades contemporâneas. A crise econômica global, paralela à fragilidade dos países em desenvolvimentos, dos processos de esgotamentos de recursos naturais renováveis e não renováveis (tais como os recursos hídricos, atmosféricos, a exploração e a perda da biodiversidade), as crises dos valores éticos, os conflitos étnicos e religiosos, os resultados da revolução científica tecnológica, igualmente a Revolução Verde, e o agravamento da pobreza mundial, indicam a necessidade de redefinição dos modelos e das políticas de crescimento econômico vigentes.

O grande desafio que se torna exigência atual para a compreensão do binômio local e global para a preservação ambiental, é o processo de (re)construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras.

A educação formal aplicada nas escolas, em geral, aborda temas sobre o ser, natureza, produção de riqueza, de modo fragmentado, muitas vezes de maneira abstrata e desligada da realidade do entorno do educando. Descuida-se da necessidade de criar e valorizar comportamentos e atitudes éticas com respeito aos recursos naturais e aos demais tipos de vidas.

Dentro da complexidade que envolve a questão ambiental, a comunidade precisa (re)descobrir e/ou (re)aprender, o que possivelmente não foi aprendido ou apreendido nas organizações escolares: o aprender a lidar com o sistema de redes de vidas, não só privilegiando a vida da espécie humana, mas igualmente, a vida de outras espécies animais ou vegetais. Este processo se dá pelo instrumento e prática da educação, agora com característica de Educação Ambiental.

Ao buscar as definições de Educação Ambiental, observou-se que existem diversos conceitos elaborados por diferentes instituições. A Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*apud* DIAS, 1998), conceitua Educação Ambiental como:

A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômicas, política, cultural, histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágio de cada país, região e comunidade sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos [vidas] que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, p. 27).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (1988) define Educação Ambiental como: “*um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência*

crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental”.

Dias (1998) lembra que na Conferência de Tbilisi, em 1977, na antiga União Soviética, a Educação Ambiental foi definida como “*uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade*”.

Ao observar tais conceitos, percebe-se, de certa forma, diversos pontos comuns quando apontam para a necessidade de se considerar os vários aspectos que compõem a problemática ambiental e social, ou seja, a interdependência dos fatores éticos, políticos, científicos, econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, culturais e históricos.

Dentro deste contexto, os autores deste trabalho puderam também conceber a Educação Ambiental, longe de um conceito fechado, porém dentro das seguintes reflexões e características:

A Educação Ambiental se dá por um conjunto de ações educativas, fundamentados por instrumentos pedagógicos, voltados para a (re)compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando os efeitos da relação e da interdependência do homem e da mulher com o meio e com as demais vidas, promovida por uma determinação social e pela história de vida econômica que perfaz a relação humana e natureza².

Mas, é Knechtel (2001) que sistematiza de forma eficaz a prática da Educação Ambiental. A professora e pesquisadora postula para que a Educação Ambiental atinja os seus objetivos de forma eficaz faz-se necessário “*que o conjunto de ações educativas, esteja amparado pela prática da interdisciplinaridade*”, uma vez que, o enfoque interdisciplinar, dentro do contexto da educação ambiental, torna-se uma imprescindível contribuição à reflexão e ao encaminhamento de soluções das dificuldades referentes à investigação e ao ensino para a reconstrução do conhecimento. Resume a autora:

A educação ambiental é uma prática educativa inserida em um projeto político-pedagógico associado a uma concepção de mundo. Decorre de projeto sociocultural implicando: a) o reconhecimento das necessidades das pessoas; b) os valores axiológicos que as formam e a permanente busca de qualificação dessas pessoas para que enfrentem as questões de seu contexto sócio-histórico-ambiental (KNECHTEL, p. 130).

Ainda sob a luz do entendimento da pesquisadora, o campo da Educação Ambiental, mesmo estando em constante e permanente construção, pode estar alicerçado num conjunto de fatores de ordem cultural, política, social, econômica e pedagógica. O exercício da interdisciplinaridade propõe a reconstrução do conhecimento, por base nos conhecimentos técnicos das diversas ciências e saberes sociais e ambientais envolvidos.

² Este reflexão sobre o conceito apresentado é resultado da construção coletiva dos autores, durante os estudos e leituras para o Seminário sobre Educação Ambiental, da Turma VI, do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR.

6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES HUMANAS

O debate sobre a questão da Educação Ambiental nas Organizações Humanas data das culturas orientais e da Grécia Clássica, onde filósofos, cientistas, artistas, religiosos, utilizavam-se dos seus ambientes sociais para debater as relações humanas e a natureza.

Dos questionamentos formulados pelo Clube de Roma, passando pelos debates da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Estocolmo, em junho de 1972, e na ECO-92, no Rio de Janeiro, até os dias atuais, as discussões e reflexões sobre as alterações antrópicas dos recursos ambientais por força de um modelo econômico insustentável não parou.

A cada dia que passa, frente as constantes denúncias das agressões ao ambiente e os efeitos negativos decorrentes deste modelo de sociedade sobre a qualidade de vida, remete à necessidade da aplicabilidade da Educação Ambiental nas Organizações Humanas como forma de poder transformar e intervir nessa relação, que, efetivamente, não dá suporte às vidas.

Direito à vida adequada em um meio ambiente de qualidade tal, que permita levar uma vida digna e gozar do bem-estar, é assegurado pela Declaração das Organizações das Nações Unidas – ONU sobre o Meio Ambiente Humano, composto por 23 princípios. O de número 19 tem aqui o seu destaque:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas para assentar as bases de uma opinião pública bem-informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana (ONU, 1972).

Não se deve esperar que a Educação Ambiental nas Empresas, por si só resolva todos os complexos problemas ambientais do planeta Terra. No entanto, entende-se que as empresas são seres vivos e têm poder de interação e transformação no meio em que atuam, como qualquer organismo vivo.

As organizações empresariais partem de um conjunto de inter-relações que fomentam as redes sociais vivas, como bem sinaliza Capra (2002), quando diz que “*não existe nenhum organismo individual que viva em isolamento*”. Prossegue o autor dizendo que: “*a tendência dos organismos de associar-se estabelecer vínculos, cooperar uns com os outros e entrar em relacionamento simbióticos – é um dos sinais característicos da vida*”.

A aplicabilidade da Educação Ambiental torna-se, assim, uma questão de tomada de decisão muito mais política do que uma tomada de decisão técnica, pois caberá aos dirigentes ou a alta cúpula administrativa adotar ou não a Educação Ambiental nos ambientes internos e externos da empresa.

Por acreditar que a educação formal tem o poder de transformar o indivíduo e este indivíduo tem o poder de

transformar e intervir no seu meio, a Educação Ambiental tem o poder de instrumentalizar este mesmo indivíduo a refletir sobre a empresa, as gestões organizacionais e produtivas, as concepções dos bens produzidos, o consumismo, bem como os descartes destes bens na natureza e sobre as demais espécies de vidas em que mantém relação, por força de uma forma de intervenção mais conciliadora, harmoniosa e ecologicamente sustentável.

Sabe-se que cada empresa tem característica própria. Cada uma atua em diversos segmentos econômicos, sociais, mercadológicos, culturais e éticos. Assim sendo, a Educação Ambiental nas Empresas não pode ser desenvolvida por modelos fechados e únicos. O educador ambiental precisa analisar os ambientes sociais, geográficos, mercadológicos, tecnológicos e éticos em que a empresa se insere. Ele precisa estar sensível para as resistências, a começar pela própria filosofia da empresa, algo que não é material, mas, com grande poder de retardar entendimentos e mudanças *a posteriori*.

A Educação Ambiental gerará confronto, desconforto, inquietação, discórdia, o que requer que o educador ambiental esteja também preparado para os novos desafios para onde a empresa possivelmente rumará. Cada empresa poderá reagir de forma diferenciada. Portanto, não deve forçar a aplicabilidade de modelos pedagógicos únicos. O educador ambiental, frente a este momento, precisará manter diálogos permanentes com os atores sociais envolvidos, e possivelmente, poderá estar navegando em águas nunca antes investidas. Por isso, que se defende atitudes e comportamentos flexíveis por parte do educador ambiental.

7. GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES HUMANAS

Nos capítulos anteriores foram tratados no processo de globalização, a degradação social e ambiental por conta de um modelo de produção alicerçado na maximização do lucro, frente à não contabilização dos passivos socioambientais causados. Analisou-se, igualmente, as crescentes disparidades e desigualdades da sociedade global, por ordem da concentração de riquezas em escala planetária.

Este conjunto causa impactos ambientais de diversas ordens, o que tem obrigado toda sociedade e principalmente, aqueles e aquelas que têm o poder de decisão, seja na esfera empresarial, seja governamental, a repensar no modelo de crescimento econômico experimentado até este início de milênio. Cria-se, assim, a oportunidade e necessidade de rever o desenvolvimento econômico e social que passa pelo equilíbrio ambiental. Em outras palavras, um desenvolvimento sustentável que englobe tanto os aspectos econômicos quanto os sociais e ambientais.

Essa categoria de responsabilidade social e ambiental nas organizações humanas do tipo pré-lucro faz com que as corporações sejam obrigadas a cumprir sua responsabilidade social, moral e ambiental antes de maximizar seus lucros, sendo um meio eficiente e efetivo de controle socioambiental e

uma base para a confiança nas relações humanas e organizacionais com o meio ambiente e demais espécies de vidas existentes.

Sabe-se que os capitalistas não perdem oportunidades de gerar novos lucros em diversos cenários. Muitas empresas e a própria mídia vêm usando a responsabilidade ambiental como uma oportunidade de melhorar a imagem da empresa perante seu público alvo, diferenciando os bens produzidos “ecologicamente corretos”, adquirindo assim novas vantagens competitivas no mercado globalizado, como bem salienta Ashley (2002, p. 5):

A nova realidade de mercado fez com que as empresas investissem mais em outros atributos hoje essenciais, além de preço e qualidade: confiabilidade, serviço de pós-venda, produtos ambientalmente corretos e relacionamento ético da empresa com seus consumidores, fornecedores e varejistas, além da valorização das práticas ligadas ao ambiente interno, como a política adotada em relação à segurança de seus funcionários ou produtos e à qualidade e preservação do meio ambiente.

Observa-se assim, que mesmo ainda visando o lucro, a responsabilidade ambiental disseminada como uma política estratégica concorrencial permite inserir e desenvolver, mesmo que lentamente, uma nova cultura dentro da empresa, sendo praticada e incorporada à gestão integrada, a gestão ambiental inserida na produção, na distribuição dos bens, no contato com o capital humano e a relação proativa com o meio ambiente.

Destarte, a gestão ambiental nas organizações humanas, mais especificamente nas organizações empresariais, instituídas como a filosofia da responsabilidade social corporativa, visa evitar ou minimizar o passivo ambiental que os impactos ambientais provocam na natureza e na sociedade e os consequentes danos socioambientais e socioeconômicos.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, por força da Resolução 001/86 conceitua impacto ambiental na seguinte forma: “o impacto ambiental se dá por qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afeta.”

Com um olhar mais crítico sobre o impacto ambiental, este não deve se resumir em cargas negativas somente sobre os aspectos físicos. Como bem ressaltam Reis & Queiroz (2002), o impacto ambiental precisa ser entendido por uma complexidade, pois exerce influência negativa também sobre:

- A saúde da população envolvida;
- A segurança e o bem estar da população;
- As atividades sociais e econômicas;
- A biota;
- A biosfera;
- As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- A qualidade dos recursos ambientais;
- A qualidade de vida dos ambientes naturais e do ecossistema circunvizinhos, dentre outros.

Advoga-se assim, que a Gestão Ambiental precisa fazer parte da Gestão Integrada das Organizações Humanas. A

Gestão Ambiental não pode ser separada e descontínua dos demais modelos de gestão. A aplicabilidade de um modelo de Gestão Ambiental nas empresas, passa a ser, portanto, uma política ambiental da organização, que precisa estar em harmonia com as demais gestões. Como exemplo: a gestão da qualidade que busca a conformidade ou não conformidade dos processos produtivos e gerenciais, avaliando os possíveis impactos ambientais causados. Por excelência, Moréia (apud REIS & QUEIROZ, 2002) define avaliação de impactos ambientais:

A avaliação de impactos ambientais é definida como instrumentos de Política Ambiental, formada por um conjunto de procedimentos capazes de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta (projeto, programa, plano ou política) e de suas alternativas, e que os resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão, e por eles considerada. Além disso, os procedimentos devem garantir a adoção de medidas de proteção ao meio ambiente determinadas, no caso de decisão sobre a implantação do projeto. (MORÉIA, p. 6).

No segmento de consultoria, empresas especializadas prestam serviços para monitorar o processo de produção por conta de um sistema denominado “Gestão Ambiental”, que permite gerenciar o meio ambiente, considerando os possíveis aspectos e/ou impactos ambientais, utilizando-se, por exemplo, das Normas do International Organization for Standardization, ISO 14000, voltadas para fornecer diretrizes às empresas para “administrar” as possíveis causas e efeitos ambientais, gerados pelo modelo produtivo. Lembra-se, no entanto, que a ISO 14000 é apenas uma ferramenta de Gestão Ambiental.

Ainda por conta da Política de Avaliação dos Impactos Ambientais - PAIA, surgem também como instrumentos alternativos, a aplicabilidade do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, bem como Programas de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA. Moura (2002) diferencia na Avaliação dos Impactos Ambientais - AIA, o EIA e o RIMA. Absorvendo os conhecimentos do pesquisador, pode-se entender que:

A ALA é um instrumento de planejamento, constituído por atividades eminentemente técnico-científicas, realizadas com a finalidade de identificar, prever e interpretar as repercussões e conseqüências sobre o meio ambiente das ações humanas previstas no projeto [...], ou seja, se a degradação ambiental causada pelo empreendimento não exerce a certos limites toleráveis pela sociedade (MOURA, p. 276).

Ainda de acordo com o mesmo autor, o EIA compreende, através de um instrumento técnico, “a identificação, previsão e interpretação dos possíveis impactos ambientais que o empreendimento pode resultar”. A comunicação do conteúdo do EIA aos proponentes do projeto, bem como às autoridades responsáveis pela autorização ou não da obra e ao público em geral, fica por conta do RIMA.

Empreendimentos, tais como, estradas de rodagens, ferrovias, hidrovias, usinas hidroelétricas, aeroportos, extração de minérios, complexos industriais e agroindustriais, dentre

outras plantas industriais, potencialmente poluidoras ou impactantes ao meio ambiente, necessitam adquirir, antes da sua construção, o licenciamento ambiental, que é emitido pelo Poder Público. Por conta desta providência legal é exigido o EIA, o RIMA na AIA.

Uma vez, autorizado o funcionamento do empreendimento, identificado ou não como uma atividade passível de provocar impactos socioambientais, a ação empresarial pode estar amparada por um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, que abrange todas as estratégias da organização. O Sistema de Gestão Ambiental eficiente precisa estar fundamentado pelo planejamento estratégico contemplado na estrutura organizacional. A preocupação socioambiental precisa estar inserida em vários processos que ultrapassa a noção específica do produto em si, deve contemplar desde a sua concepção, desenvolvimento, embalagens, formas de estocagens, distribuição até o descarte final.

Moura (2002) defende a implantação da ferramenta gerencial denominada de ciclo do PDCA, também conhecida como Ciclo de *Deming* no Sistema de Gestão Ambiental. O ciclo PDCA é composto por quatro grandes passos: a) *Plan* (planejar); b) *Do* (realizar); c) *Check* (verificar); e) *Action* (atuar para corrigir). Diz o autor e pesquisador que “*este ciclo deve ser precedido por uma atividade de ‘Estabelecimento da Política Ambiental da empresa’*”, que passa pelas rotinas e discussão de cenários e produtos alternativos até a geração de políticas, metas e planos da empresa.

O autor alerta, no entanto, que as normas ISO 9000 e ISO 14000 não garantem a qualidade do produto das empresas que as possuem. As certificações apenas asseguram que a empresa possui um sistema de garantia da qualidade bem estruturado, o que se torna um passo diferenciado para que o produto apresente boa qualidade. A exemplo disto, as empresas detentoras dos certificados ambientais podem demonstrar ao seu público-alvo o interesse da organização em melhorar seu desempenho ambiental.

Existem, ainda, em paralelo, no SGA, os programas de rotulagem ambiental, também denominados de “selo verde”, que diferenciam as empresas, produtos e nichos de mercados. Esta nova estratégia mercadológica passa a ser crescentes e está diretamente relacionada ao aumento não somente do poder de compra dos consumidores, mas ao aumento da conscientização sobre o meio ambiente por parte de uma fração relativa da sociedade.

Aos profissionais de marketing cabe a tarefa de promover produtos com ciclo de vida diferenciado e que podem ser analisados por outros tipos de organizações, por conta de novos padrões de consumo, incrementando ainda mais as trocas internacionais. Este mesmo ambiente mercadológico abre novas oportunidades para as empresas exportadoras, que demandará profissionais com perfis capacitados e diferenciados.

Tem-se, desta forma, uma oportunidade de analisar a expansão da conscientização coletiva, frente às questões do meio ambiente e a complexidade das demandas mercadológicas, econômicas, sociais e ambientais crescentes, que a

comunidade pressiona as organizações e as induzem a um novo posicionamento por parte dos empresários e executivos e por diversos atores sociais.

Como bem enfatiza Tachizawa (2002), as organizações no novo contexto necessitam partilhar do entendimento de que deve existir um objetivo comum, e não um conflito, entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, tanto para a geração presente como para as futuras gerações.

Termina-se esta análise com o seguinte diálogo com o autor:

A preocupação ambiental por parte das empresas não é um mero surto de preocupações passageiras. Muito pelo contrário, dados e posturas evidenciam que a tendência de preservação ambiental e ecológica por parte das organizações deve continuar de forma permanente e definitiva [...] a transformação e a influência ecológica nos negócios se farão sentir de maneira crescente e com efeitos econômicos cada vez mais profundos. (p. 24).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem deste trabalho tratou de explorar os conceitos e a aplicabilidade da Educação Ambiental nas Organizações Humanas. Para tanto, iniciou-se por um percurso no desenvolvimento das Organizações Humanas, mais especificamente, nas organizações empresariais, amparadas por um modo de produção capitalista, cuja ideologia está fundamentada na economia do mercado global e centrada no lucro empresarial de curto prazo.

Por conta do processo da globalização, bastante questionável, e da perda do objetivo do capital, as organizações na busca do lucro incessante provocam não somente a desagregação econômica e social entre os países, bem como deixam um rastro de impactos ecológicos, principalmente para aquelas economias mais frágeis, que não conseguem contabilizar, nem sanar os passivos ambientais.

Ao analisar a crise ambiental, verificou-se que a crise é gerada pelo desconhecimento das relações da vida do homem para com as vidas de outras espécies, tendo como conseqüências diversas ordens de impactos socioambientais e ecológicos. Em outras palavras, a sociedade humana não conhece ainda as conseqüências da relação homem e mulher/natureza, sociedade e meio ambiente.

Acredita-se, por fim, que é necessário rever valores das Organizações Humanas, que só promoveram concentração de renda global e exclusão socioeconômica numa dimensão, também global. Caberia assim, à educação, mais propriamente dita, à Educação Ambiental, se tornar uma ferramenta imprescindível para a reorientação dos valores humanos na condução da presente e futura geração da espécie humana, igualmente das vidas de outras espécies envolvidas e necessárias.

A Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, de reflexão, que se propõe atingir os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo, de forma permanente, objetivando também promover no educando uma consciência crítica sobre a questão socioambiental. Lembra-se, no entanto, que esta prática educativa precisa estar fundamentada pela interdisciplinaridade.

Se o caos ambiental presente foi criado por seres humanos e ciência (muitas vezes, desenvolvida dispersa de si mesma), caberá a nova ciência unir as diversas disciplinas, com seus saberes, para em conjunto, com o homem e com a mulher identificarem políticas intervencionistas para propor soluções às imprescindíveis mudanças, que se fazem necessárias.

A Educação Ambiental nas Organizações torna-se, desta forma, imprescindível para a possível transformação dos valores do homem e da mulher ao administrar os conglomerados corporativos, ao refletir sobre a visão tradicional da empresa, como instituição humana e não unicamente econômica, cujo objetivo final tem sido a maximização dos lucros e a minimização dos custos.

Acredita-se que a Educação Ambiental nas Organizações Humanas tem por finalidade promover a oportunidade de terem o homem, a mulher e a ciência outros olhares sobre o meio ambiente em que atuam. Os profissionais precisam desenvolver novos valores que permeiem os ambientes internos e externos em que a empresa está inserida, o que requer mudanças na filosofia das corporações, podendo intervir harmoniosamente nas gestões organizacionais, produtivas, mercadológicas e histórico-sociais.

A Educação Ambiental nas Organizações Globais poderá transformar as transnacionais mais sensíveis quanto à complexidade e as inter-relações existentes entre ambientes econômicos, mercadológicos e sociopolíticos, ecológicos, ambientais, valores culturais e cidadania. Estes valores podem fazer parte da filosofia e da ética nos empreendimentos empresariais, sem, contudo interferir noutras metas da própria organização. Estes valores precisam fazer parte das decisões estratégicas das empresas. É, por fim, uma decisão não somente técnica, mas fortemente uma decisão política.

A Educação Ambiental nas Organizações Humanas poderá, por conta da ação-reflexão-ação, direcionar o capital para a sua verdadeira finalidade que é promover o bem-estar social para todos os tipos de vidas existentes, não necessariamente, somente a vida humana, mas as demais espécies, que formam a teia da vida. É preciso enraizar nas ações práticas do indivíduo uma relação de harmonia com a natureza, mãe da sociedade humana.

Entendeu-se que a questão ambiental não é uma problemática somente da ciência que cuida da administração de empresas, nem tão pouco da ecologia, muito menos da economia ou da geografia. É uma questão interdisciplinar, pois a reflexão ambiental perpassa por todas as ciências. A problemática socioambiental precisa estar inserida nas reflexões científicas dos educadores, administradores, economistas, sociólogos, filósofos, engenheiros das diversas áreas, historiadores, ecologistas, bacharéis em direito, biólogos, químicos, antropólogos, oceanógrafos, nutricionistas, médicos, dentre tantas outras formações técnico-científicas.

Nos centros de formações desses profissionais, a educação ambiental e/ou gestão ambiental precisam fazer parte da estrutura do conhecimento do novo profissional, que necessariamente passa também pelo (re)aprender dos profissio-

nais responsáveis pela transmissão dos conhecimentos, inclusive pelos próprios educadores, cujo objetivo é possibilitar uma reflexão sobre a relação homem e mulher-natureza, sociedade e meio ambiente.

Como consequência deste tipo de formação formal no ambiente empresarial, acredita-se que será possível entender e certificar-se que não precisa haver conflito entre lucratividade das organizações empresariais e o meio ambiente. As questões socioambientais podem ser implementadas pela Gestão Ambiental nas empresas fundamentando assim a responsabilidade social corporativa. Percebeu-se que tais gestões podem harmonizar-se na prática.

Conclui-se que é possível a aplicabilidade da mudança de novos paradigmas econômicos sustentáveis ou ecologicamente equilibrados nas Organizações Humanas. Contudo não se pode desprezar a aplicabilidade destes novos paradigmas sustentáveis em outras organizações, tais como na instituição escolar formal, não-formal, religiosa, social, nas associações de bairros, sindicatos, universidades, meios de comunicação de massa. Não se deve esquecer ainda dos parques de reservas ecológicas, passeios públicos, nem dos vídeo-documentários, programas de rádio e televisão.

Por fim, todas estas providências precisam ter como objetivo promover a relação harmoniosa e equilibrada do homem, da mulher e da ciência com outras espécies de vida encontradas no meio ambiente, vivenciando, assim, o desenvolvimento sustentável. Se o homem e mulher não conseguirem mudar o modo de produção capitalista, no mínimo devem preservar um ambiente ecologicamente equilibrado para as futuras gerações.

A sociedade capitalista não deve esquecer que a tecnologia e o crescimento econômico devem estar voltados para o bem estar da população global, e que o único objetivo do crescimento econômico deveria ser a promoção da qualidade de vida no planeta Terra.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TACHIZAWA Takesht; CARVALHO, Ana Barreiros de. *Gestão Ambiental – Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas*. Ciência para uma vida sustentável. 11. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 5. ed. São Paulo: Global, 1998.
- DONAIRE, Denis. *Gestão Ambiental na Empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Educação e mudança*. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

KNECHTEL, Maria do Rosário. *Educação Ambiental: uma prática interdisciplinar*. Desenvolvimento e Meio Ambiente. *Revista*. n.3, p.125-139, jan/jun. 2001. Editora da UFPR.

KOTLER, Philip. *Administração de Marketing: a edição do novo milênio*. 3. reimpressão. São Paulo: Prentice Hall, 2001.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. *Qualidade e Gestão Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

REIS, Luis Filipe Sanches de Sousa Dias; QUEIROZ, Sandra Mara Pereira de. *Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002.

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2002.

UICN, PNUMA, WWF. *Cuidando do planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 1991.